

**NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E
INFLEXÕES DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO:
precarização do trabalho e migração no século XXI**

Cândida da Costa¹

Carlos Roberto Horta²

Martha Íris Roldan³

RESUMO

Análise da precarização das relações de trabalho em duas perspectivas: associada à migração de trabalhadores e com base na noção de informação como trabalho. Migração e precarização são a tônica do trabalho dos migrantes, com desrespeito aos direitos trabalhistas. O trabalho informacional comunicacional, por sua vez, permite verificar a sua vinculação com os processos de valorização e acumulação do capital.

Palavras-Chave: Trabalhadores. Exploração. Migração.

1 INTRODUÇÃO

O tema deste artigo nos convoca a refletir sobre uma problemática chave: a natureza da dinâmica do capitalismo mundial contemporâneo e as formas de organização do trabalho que lhes são afins, desde a perspectiva de sua articulação ao desenvolvimento ou ausência deste na periferia. Abordamos os processos migratórios e sua repercussão na precarização do trabalho (no Brasil e no mundo) e a tendência apontada pelo capitalismo informacional-comunicacional, tendo como recorte a experiência argentina.

¹ Doutora em Ciências Sociais. Professora do Depto de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas da UFMA. Coordenadora do Núcleo Unitrabalho/UFMA.

² Coordenador do Observatório do Trabalho/Núcleo de Estudos sobre Trabalho Humano - NESTH/UFMG e professor do Depto de Ciência Política da UFMG.

³ Investigadora del CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas) con sede en FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales) Argentina.

O modelo de desenvolvimento assentado na globalização da economia tem privilegiado o crescimento do capital em detrimento do trabalho, impedindo a participação dos pobres e dos socialmente excluídos, nos frutos do crescimento econômico. Também tem bloqueado o fortalecimento da democracia e dificultado a superação da pobreza, da desigualdade e da exclusão, interditando a construção de uma globalização mais justa.

Os estudos das décadas de 90 e do começo dos anos 2000, no contexto da globalização neoliberal ou mundialização, também se referem às tecnologias de informação e comunicação (TICs) como elemento-chave do capitalismo mundial contemporâneo (CHESNAIS, 1996; ROLDÁN, 2000).

Segundo dados da OIT (2006), a América Latina e o Caribe contam atualmente com 563 milhões de habitantes, dos quais 551 milhões vivem na América Latina, sendo que pelo menos 213 milhões estão na condição de pobreza. Essa situação social se reflete no mercado de trabalho, principal fonte de renda das famílias.

Na América Latina, existem 239 milhões de pessoas economicamente ativas (PEA), inseridas no mercado de trabalho ou em condições de ingresso. Dessas, mais de 23 milhões encontram-se na condição de desemprego aberto e aproximadamente 103 milhões trabalham na informalidade, geralmente sem direitos trabalhistas nem proteção social. A OIT estima que haja um déficit de emprego formal na América Latina que atinge 126 milhões de trabalhadores, o que representa 53% da PEA, atingindo principalmente mulheres e jovens.

As reformas realizadas no mundo inteiro, via de regra, primaram pela redução da participação do Estado na economia, combinando liberalização econômica e reformas estruturais, como forma de adequar a estratégia nacional de desenvolvimento à ordem econômica mundial. A prioridade foi dada às políticas de controle da inflação e de estabilidade fiscal, com fortes impactos no plano social e no mercado de trabalho. Como resultado direto, observou-se o crescimento do desemprego e do emprego informal. Em alguns países (os casos mais notáveis são Argentina, Colômbia e Peru), efetuaram-se reformas que flexibilizaram a contratação e a demissão.

Na maioria das vezes, as reformas da previdência afetaram os direitos adquiridos pelos trabalhadores, quebraram os pactos de solidariedade intergeracionais e, em muitos casos, foram descartados mecanismos solidários de

proteção social, tanto relativos às aposentadorias e pensões como à saúde e à proteção contra acidentes e doenças profissionais.

No plano sindical, as organizações dos trabalhadores experimentaram o enfraquecimento de suas estruturas, tanto pela redução da sindicalização quanto pela necessidade de alteração de alguns de seus instrumentos tradicionais de negociação coletiva (em termos de cobertura e conteúdos) como de algumas de suas estratégias tradicionais, que tiveram a eficácia reduzida, frente ao aumento do desemprego.

As mudanças no processo de trabalho, nos direitos sociais, no plano da economia, lograram o aumento da produção, com redução da força de trabalho envolvida no processo produtivo, aumentaram o desemprego e a informalidade, acentuando-se ainda a precarização dos empregos, associada à insegurança das remunerações, à menor proteção social, à maior rotatividade da força de trabalho. Os trabalhadores se defrontaram com um novo e inseguro mundo do trabalho, em que os empregos protegidos se tornaram cada vez mais raros.

2 CRISE DO MUNDO DO TRABALHO E FLUXO MIGRATÓRIO

A crise do mundo do trabalho tem forte influência no fluxo migratório dos trabalhadores. Dados da OIT (2006) indicam que mais de 20 milhões de latino-americanos e caribenhos vivem fora de seu país de nascimento, tendência que cresceu nos últimos anos. No mercado de trabalho, a maior parte dos migrantes se concentra em ocupações não qualificadas, no caso dos homens, e no serviço doméstico, no caso das mulheres.

Sem oportunidade de trabalho, em seus países de origem, os trabalhadores não têm outra opção senão a emigração. O destino principal tem sido os Estados Unidos, pois pelo menos três de cada quatro emigrantes da região estão estabelecidos nesse país, embora se registrem novos fluxos dirigidos à Europa e, em particular, à Espanha, que é o segundo destino da emigração regional, superando o Canadá.

A presença de latino-americanos e caribenhos cresceu, também, na Austrália, Israel, Itália, Japão e Reino Unido. Existe também a migração intra-regional, com Argentina, Costa Rica e Venezuela concentrando o maior número de imigrantes provenientes de países da própria região.

Os estudos da OIT demonstram que os problemas mais graves enfrentados pelos migrantes são as condições de trabalho. Parte significativa dos trabalhadores se defronta com baixos salários, ausência de proteção social, negação da liberdade sindical, discriminação e exclusão social.

3 OS MIGRANTES NO BRASIL: superexploração do trabalho e morte por exaustão

Chamados de migrantes temporários – por trabalharem em safras – sua condição é permanente, pois sempre retornam a cada safra. Segundo Silva (2006), essa migração é essencialmente masculina e resulta do avanço do agronegócio de sojicultura e pecuária que vem expropriando o campesinato da região Nordeste (MA e PI).

O Vale do Jequitinhonha/MG tem sido também um fornecedor da mão-de-obra migrante e a razão para tal está nos grandes projetos de reflorestamento de empresas estatais e privadas, fazendo com que catorze empresas passassem a dominar mais de 90% da área reflorestada (SILVA, 1989). Na década de 70, mais de 200 mil pessoas migraram definitivamente desta região. A maioria dos habitantes que ficaram, no dizer de Silva (1999), passou a engrossar o contingente dos migrantes temporários.

O setor sucroalcooleiro do Brasil tem se destacado pela competitividade e ampliação dos lucros dos usineiros, tendo na outra face da moeda a superexploração dos trabalhadores. A produção brasileira na safra de cana-de-açúcar em 2006/2007 deve ser a maior da história, estimada em 469,8 milhões de toneladas. O volume será superior em 8,9% ao da safra anterior, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). As previsões apontam que, até a safra de 2010, 89 novas usinas serão implantadas no Brasil. Os lucros da indústria devem chegar a R\$ 49 bilhões, na próxima safra, segundo estimativas.

Os trabalhadores tiveram que aumentar muito a produtividade desde a década de 80, quando era exigido o corte de 5 a 8 toneladas por dia. Em 1990, a meta passou para 8 a 9 toneladas; em 2000, para 10; em 2004, chegou a até 15 toneladas. O trabalho necessário para alcançar essa produção exige 9,7 mil golpes de podão (tipo de foice) por dia, o que exige um gasto de energia muito grande, em uma tarefa repetitiva que costuma trazer conseqüências para a saúde dos/as trabalhadores/as.

O aumento constante nos índices de migrações internas, no território brasileiro, tem se constituído um quadro flagrante de violações de direitos humanos de trabalhadores e trabalhadoras rurais no País. Anualmente, trabalhadores rurais oriundos dos Estados do Nordeste e do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, viajam de seus municípios de origem, com destino ao interior paulista, para trabalhar nas lavouras temporárias, compreendidas entre os cultivos de cana-de-açúcar, café, laranja, algodão, uva dentre outras.

Segundo dados da Pastoral do Migrante, cerca de 200 mil trabalhadores se deslocam para o interior do estado de São Paulo, lugar de crescente mecanização do setor agrícola, para lá permanecerem na condição de trabalhadores migrantes pelo período de 4 a 8 meses⁴, durante o ano, retornando, quando lhes é possível, para suas cidades de origem.

O cortador de cana-de-açúcar da região central do estado de São Paulo, uma das mais ricas do país e que compreende as microrregiões de São Carlos e de Araraquara, foi o trabalhador que recebeu a pior remuneração diária do Estado em 2005. Na região de Ribeirão Preto, onde estão as principais usinas de cana-de-açúcar do mundo, a situação também não foi muito diferente da região central. Com a média de R\$ 20,99 diários, o trabalhador de Ribeirão ocupou a nona posição do ranking em 2005; em 2002, estava em 3º.

Cabe ressaltar que existe uma preferência das empresas agrícolas, sobretudo, das usinas de cana-de-açúcar, pela contratação da mão-de-obra migrante. Essa preferência consiste em alguns aspectos favorecedores dos interesses dessas usinas. O/a trabalhador/a migrante está inserido/a num contexto de grande vulnerabilidade socioeconômica, estando, portanto, subordinado às condições impostas pela empresa contratante. Não possui vínculo sindical e as empresas não se vêem obrigadas a cumprir os encargos sociais necessários à manutenção da mão-de-obra.

Esses/as trabalhadores/as realizam suas funções sob condições precárias, nas quais o pagamento é por produção, orçado em um valor muito baixo⁵, obrigando os/as trabalhadores/as a cortarem no mínimo dez toneladas de cana por dia. Não há um sistema de notificação de acidentes de trabalho, o que impede o

⁴ Vide dados apresentados por: BASSEGIO, Luiz e UDOVIC, Luciane. As migrações no Brasil. Mimeo, sd. Disponível em <http://www.jornalsemterra.org.br>.

⁵ O valor do corte da cana é em média entre R\$ 2,20 e R\$ 2,40 por metro de cana cortada.

recebimento de auxílio por acidente de trabalho ou benefício, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. Além disso, podemos constatar a inexistência de ambulância, de material de primeiros socorros, empregado treinado para atender aos trabalhadores acidentados, falta de cabines sanitárias, disponibilização de água potável para consumo dos/as trabalhadores/as e inexistência de intervalo durante o almoço e para descanso, conforme previsto pela legislação nacional em vigor.

Todo esse quadro de violação de direitos de trabalhadores/as rurais canavieiros/as, denunciado em sua maior parte pela Pastoral do Migrante, resultou na morte de dez trabalhadores/as, no período de 2004-2005, motivando uma missão da Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Trabalho⁶, na qual foram realizadas visitas a alojamentos e frentes de trabalho, em parceria com o Ministério Público do Trabalho da 15ª Região, tendo contado com a participação de fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e de Sindicatos de trabalhadores rurais da Região.

Vários trabalhadores foram entrevistados e constatamos que a maior parte deles foi aliciada por “gatos”, em seus municípios de origem. A faixa etária varia entre 20 e 50 anos, mas há um forte contingente de trabalhadores jovens. Esses trabalhadores possuem níveis escolares muito variados, indo desde analfabetos até trabalhadores com ensino médio completo, porém predomina o nível fundamental. Na frente de trabalho, todos os trabalhadores eram homens, negros e/ou pardos. Isso se explica pelo fato de as empresas não optarem pela contratação de mulheres, alegando que elas não produzem no mesmo ritmo que os homens. Além de todos os fatos expostos, é clara a discriminação de gênero pelas empresas canavieiras.

Os trabalhadores, em seu maior número, foram aliciados por um terceiro elemento conhecido vulgarmente como “gato”. Ao chegarem ao local de trabalho, são obrigados, durante quatro meses, a entregar os cheques provenientes de seus salários ao “gato”, o indivíduo que os transportou, como forma de pagar as passagens. Os trabalhadores da Usina Santa Helena, do Grupo COSAN, sofrem o desconto da alimentação e de um convênio de saúde que a empresa informa pagar

⁶ A Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Trabalho, integra o Projeto Relatores Nacionais em DhESC, coordenado pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, que tem como objetivo contribuir com o Estado Brasileiro para a adoção de medidas eficazes no respeito, proteção, garantia e efetivação dos direitos humanos.

50% (cinquenta por cento) do valor das consultas médicas e remédios, mas se nega a fornecer recibos médicos e notas fiscais dos remédios.

A forma de contratação dos trabalhadores é por produção, não garantindo, portanto, uma remuneração baseada em um piso salarial uniforme. Não há horário específico para início e término da jornada de trabalho. No caso da Usina Maringá, os trabalhadores começam o corte da cana na hora em que chegam ao campo, geralmente entre as 5h e 6h da manhã, e seguem até às 15h50min, parando o corte para recolher bituca de cana, dentre outras atividades laborais. Os trabalhadores do Alojamento Jibóia iniciam o turno, a partir das 5h30min da manhã, sem hora prevista para terminar. Eles são obrigados a cortar cerca de 500 metros de cana, o que daria uma média de doze toneladas de cana cortada por dia. O valor pago por metro cortado varia entre R\$ 0,11 e R\$ 0,22 (onze e vinte e dois centavos), entretanto os trabalhadores não têm controle da pesagem, não tendo clareza do montante que teriam realmente direito a receber.

As áreas de trabalho não contam com abrigo para os trabalhadores guardarem os alimentos e fazerem as refeições, cabines sanitárias devidamente equipadas com vaso sanitário e lavatórios, material de primeiros socorros, trabalhador treinado para primeiros socorros nem ambulância. A água fornecida pela empresa fica armazenada nos tanques dos ônibus, ficando aquecida, no decorrer do dia, pela temperatura local. Os equipamentos de proteção individual usados pelos trabalhadores apresentam-se em condições inadequadas. As roupas utilizadas no corte da cana são compradas por conta própria, não há o fornecimento de máscaras nem de óculos, o que obriga os trabalhadores a não só inalar a fuligem da cana queimada como também a não proteger os olhos do contato com a fuligem e as partículas de cana.

Há um uso freqüente da violência pelas usinas contra os trabalhadores. Os chefes de turma obrigam os trabalhadores a cortar a cana, sem direito à pausa para descanso. Além do uso da força policial, que invade as casas dos grevistas para forçá-los a voltar ao trabalho, as usinas ameaçam os trabalhadores de não contratá-los na próxima safra, se procurarem o sindicato⁷ ou algum órgão público,

⁷ Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Artigo 8º - 1. Os Estados-parte no presente Pacto comprometem-se a assegurar: 2.a. O direito de todas as pessoas de formarem sindicatos e de se filiarem ao sindicato da sua escolha, sujeito somente ao regulamento da organização interessada, com vista a favorecer e proteger os seus interesses econômicos e sociais. O exercício deste direito não pode ser objeto de restrições, a não ser daquelas previstas na lei e

para denunciarem as suas condições de trabalho, praticando perseguição às lideranças sindicais, negando emprego a ex-dirigentes sindicais ou a trabalhadores sindicalizados.

4 IMPACTOS DA MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA NAS COMUNIDADES DE ORIGEM: precarizando a precarização

A presença dominante de homens negros e pardos nas frentes de trabalho, resultante das migrações temporárias, impõe alguma investigação e análise das condições que resultam na migração e, certamente, dos impactos e resultados que ocorrem com a presença, que também resulta temporária, dos que retornam. De 436 comunidades quilombolas cadastradas pelo CEDEFES⁸, em Minas Gerais, 228 se localizam nas regiões Jequitinhonha e Norte de Minas. Ao procurar conhecer e acompanhar, com a utilização de cinco diferentes instrumentos metodológicos e a participação de pessoas das comunidades quilombolas, a realidade dessas populações, o Observatório do Trabalho da UFMG teve a oportunidade de confirmar alguns indicadores que apontam decisivamente para a precarização que atinge, não apenas o trabalho e as relações de trabalho, mas se estende à qualidade e mesmo às condições de vida.

Como se trata de um projeto de políticas públicas, que visa à participação da comunidade na construção do conhecimento de suas condições de existência, de suas vocações, projeções desejantes, possíveis construções de cadeias produtivas e formas de inclusão laboral, ao se focalizar a questão dos migrantes, não se discutem apenas os níveis de renda anteriores e posteriores à migração sazonal, mas também aspectos do capital humano e social, possíveis qualificações obtidas na experiência migratória, por exemplo, elementos que podem contribuir para consolidar tecnologias sociais de inclusão. Assim, a pesquisa obteve informações que revelaram um quadro de migrações sazonais que afeta decisivamente a vida das comunidades e a sua própria condição de construir sua subjetividade política coletiva, suas associações, interlocutores em igualdade de condições, do poder

que sejam necessárias numa sociedade democrática, no interesse da segurança nacional ou da ordem pública, ou para proteger os direitos e as liberdades de outrem. c. O direito dos sindicatos de exercer livremente a sua atividade, sem outras limitações além das previstas na lei e que sejam necessárias numa sociedade democrática, no interesse da segurança social ou da ordem pública ou para proteger os direitos e as liberdades de outrem.

⁸ Centro de Documentação Elói Ferreira da Silva – www.cedefes.org.br.

público, para garantirem a produção das políticas a que elas têm direito, por dispositivo constitucional referente às populações indígenas e quilombolas.

No caso da migração para o corte da cana e da colheita do café, a análise das comunidades de origem em Minas Gerais, voltada para as repercussões nestas áreas, procura detectar em qual medida a migração representa um empobrecimento ou enriquecimento para as sociedades locais, experimentando aplicação e ajuste de metodologias e tecnologias de inclusão social.

O que de fato encontramos apresenta um panorama recorrente, na maioria das comunidades quilombolas daquelas regiões do Estado: os métodos de imersão possibilitaram registrar uma significativa maioria de domicílios fechados entre os meses de maio e outubro/novembro, bem como significativa queda na qualidade de vida para os moradores que permanecem no local, na sua maioria, idosos, mulheres e crianças. A partir de junho, até final de outubro, diminui sensivelmente o ritmo do trabalho de organização e consolidação de ações que exigem decisões, tanto da comunidade quanto das famílias, que evidenciam a ausência de seus homens em condições de trabalhar e de decidir. Em seis das quinze comunidades quilombolas do município de Chapada do Norte, por exemplo, foi necessário encaminhar para órgãos governamentais a demanda por cestas básicas, uma vez que havia sérios problemas de segurança alimentar naquelas comunidades.

Ficou claro, nos resultados da pesquisa, que a remessa de dinheiro para as famílias que permanecem na comunidade acontece de forma quase insignificante. A metodologia, que associa imersão, “survey”, etnografia e pesquisa-ação, sempre com a participação de membros da comunidade, parte para uma identificação do regime de produção da verdade do município, no mesmo contexto em que promove uma microarena participativa, sempre no território da comunidade, com o comparecimento do prefeito e sua equipe, empresas que atuam na região, representantes dos poderes estaduais, órgãos de fomento ao desenvolvimento sustentável, entre outros. Faz parte do processo o estímulo à consolidação ou mesmo criação da associação de moradores, a instância representativa da comunidade que, no caso da comunidade quilombola, terá participação na Federação Quilombola, acesso a instâncias das políticas de igualdade racial, etc.

Entre os impactos mais visíveis das migrações, como já foi referido, existe alguma descontinuidade nesse processo de organização da comunidade para a

defesa de seus interesses, com a ausência periódica de vários dos seus moradores, que lotam caminhões e ônibus, criando rotas clandestinas, utilizando veículos sem condições adequadas para transporte de passageiros, sobretudo, a partir de maio e junho, com retorno de outubro a dezembro, na maioria dos casos.

Entre os impactos que resultam das migrações, no retorno dos trabalhadores, constam informações dos agentes de saúde, quando estes existem nas comunidades, registrando alta incidência de doenças sexualmente transmissíveis, incluindo um alarmante índice de contaminação por HIV, em um dos povoados quilombolas do município de Chapada do Norte, na região do Jequitinhonha. Mas o principal impacto se associa a uma continuidade do processo de precarização e exclusão do trabalho e dos trabalhadores, que atinge de forma pesada as comunidades tradicionais (tanto quilombolas como indígenas), marcando uma sucessão de carências que tornam imprescindível a construção de tecnologias sociais de inclusão produtiva que tenham suficiente maleabilidade para se adequarem às características, às necessidades e aos desejos de cada comunidade.

Para se construir dentro dessas exigências, os procedimentos devem estar solidamente comprometidos com a construção participativa da subjetividade social para uma projeção emancipatória (HERNANDEZ, [s.d], p.109-110). Elaboraões conceituais voltadas para uma autotransformação social participam deste processo e introduzem ações localizadas de inclusão universitária para os jovens quilombolas, além de encaminhar cursos de capacitação apoiados na identificação de demandas realizada pelo projeto.

Com as ações em processamento há um ano e meio, é prematuro avaliar os resultados. Fica evidente, porém, que a desigualdade entre o ritmo de destruição e precarização que afeta os trabalhadores e o ritmo e a quantidade das políticas que buscam salvaguardar essas comunidades que vivem na fronteira da exclusão é muito profunda. As políticas públicas para essas populações ainda não se articulam em uma estratégia de totalidade, ao mesmo tempo em que a destinação de recursos para essas políticas não atende às efetivas necessidades geradas por um processo que discrimina há séculos as suas comunidades.

5 CAPITALISMO INFORMACIONAL-COMUNICACIONAL, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E INDÚSTRIA CULTURAL (RAMO EDITORIAL)

Na nova década, adquirem proeminência os discursos teóricos na qualidade da informação-comunicação humana, em seu produto: o conhecimento e sua produção, colocando em primeiro plano uma questão chave: Por que atualmente nos vemos obrigados a refletir sobre a relação entre a produção de informação, de conhecimento e de valor econômico e ainda, sobre o caráter do trabalho vivo que valoriza o capital?

Há várias razões. Em primeiro lugar, como nos recorda a economista Tavares (2000), o que está em jogo é a negação do caráter social da informação, a apropriação de seu valor através de sua privatização. Nesta ótica, a informação-comunicação e seu produto, o conhecimento, constituem forças produtivas, uma vez que os recursos sociais é fundamento de qualquer desenvolvimento futuro viável, baseado na abundância, precisamente por estar fundada na dimensão que distingue a nossa espécie: a sua capacidade de processar símbolos.

Conforme já interrogado em outros textos (ROLDÁN, 2006, 2007a, b) e concordando com o filósofo italiano Paolo Virno, o capitalismo contemporâneo mobiliza, para seu próprio benefício, todas as habilidades e atitudes que distinguem a nossa espécie: capacidade de pensamento abstrato, linguagem, imaginação, gosto estético, dentre outras. Neste sentido, o capitalismo informacional do século XXI coloca a própria vida a trabalhar, se apropria da própria vida. Porém, se a vida mesma se incorpora ao processo produtivo, através da mercantilização da construção da natureza humana, o debate econômico nos conduz – ainda que não se proponha – ao terreno da ética e à questão fundante da filosofia política: o que é uma sociedade boa, o que é uma boa vida? (JAGGAR, 1983).

Nesta questão, está implícita toda visão de desenvolvimento, conceito que Aronskind (2001, p.11) apresenta como “êxito em implantar o potencial humano e produtivo de uma sociedade”, isto é, a construção articulada de contextos que garantem o exercício dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, como dimensões indivisíveis dos direitos humanos (ROLDÁN, 2000).

Intenta-se contribuir para o estudo da problemática, analisando seu alcance na organização do trabalho dito imaterial, a produção de conteúdos no ramo editorial das indústrias culturais (ICs), no marco do capitalismo informacional

contemporâneo, em sua expressão argentina (2000s). Com base em uma investigação em curso, indagamos a natureza e implicações daqueles processos para dar suporte a uma agenda de desenvolvimento baseada na defesa dos direitos humanos e em sua indivisibilidade.

5.1 Marco Teórico - Conceitual: teorização sobre o capitalismo informacional-comunicacional contemporâneo, Nova Divisão Internacional do Trabalho (NDIIT) e corolários na Economia Política Crítica

Sucintamente, a periodização do capitalismo adotada sustenta que a Terceira revolução industrial (Informacional em consolidação nas economias de industrialização avançada) sustenta o capitalismo informacional-comunicacional contemporâneo, isto é, aquele que mobiliza trabalho (vivo) para processar e difundir informação por meios adequados (digitais) de processamento e comunicação. (DANTAS, 2002 a; b).

Durante os anos 80-90, esta dinâmica complexa, mediante a regulação que se exerce através de organismos e agências internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial de Comércio, Associações de Sociedades de Informação, entre outras), se traduz na construção institucional nacional e supranacional de uma Nova Divisão Internacional Informacional do Trabalho (NDIIT) que concentra a produção de conhecimento científico e tecnológico, tecnologias estratégicas e tarefas criativas, em poucos lugares das economias avançadas (LASTRES, 1999; ROLDÁN, 2005, 2006, 2007 a ; b). As indústrias que impulsionam a nova etapa estão fundadas no processamento e difusão de informação: telecomunicações, informática, microeletrônica, culturais, biotecnologias, dentre outras. Com este objetivo, se incrementam aquelas economias de trabalho informacional-comunicacional que implicam uma maior capacidade para dominar códigos relevantes, processar aleatoriedades⁹ e criar novos códigos, quer dizer, implicando conhecimento e tornando possível a construção de hierarquias em nível internacional, regional e local.

Em outros termos, nas economias avançadas, o capital organiza diretamente o conhecimento para sua valorização, implicando novas formas

⁹ Por trabalho aleatório se considera a busca de informação que a redundancia do código não provém de imediato.

organizativas do trabalho humano, quando a informação mesma passa a se constituir o objeto imediato do trabalho da maior parte da sociedade, um processo esquecido, apesar de sua imediaticidade.

5.2 Trabalho informacional 'dito' imaterial, chave do crescimento econômico contemporâneo

A noção de informação como trabalho é crucial. Esta aproximação conceitual se baseia na obra de Dantas (2002a y b, 2003) que reformula a Teoria da Informação (TI), com o objetivo de aplicá-la à análise do trabalho humano e sua necessária vinculação com os processos de valorização e acumulação do capital. A informação é então definida como um processo que proporciona orientação ao trabalho realizado por qualquer organismo vivo, em seu esforço para recobrar parte da energia que desprende devido às leis da termodinâmica (DANTAS, 2002 a, p.146).

Todo trabalho humano é assim informacional, isto é, trabalho dedicado a perecer, processar, registrar e difundir informação; implica em utilizar o corpo e a mente, e está orientado por significações culturais inseridas em códigos que propiciam orientação para a ação. Esta dinâmica requer habilidades e atitudes comunicacionais, já que sem elas os trabalhadores não saberiam que tarefas realizar, sem um conhecimento do produto do trabalho informacional passado e necessariamente codificado. No entanto, não há nada de imaterial na informação, na medida em que a mesma emana de fontes materiais e de fenômenos físico-químicos da natureza, sendo também processada por um agente corpóreo. Seu produto, seja o conteúdo de uma revista, seja um artigo científico ou uma série televisiva, requer não só o trabalho do artista mas também o do público, no sentido de entender, absorver e relacionar as diferentes mensagens que recebe.

Em suma, a interação-comunicação entre os agentes é inerente e constitutiva de todo trabalho informacional e requer, por definição, compartilhar os códigos que presidem a referida interação.

5.3 As ICs, a convergência tecnológica e a organização do trabalho na produção de conteúdos editoriais

As ICs, "aquelas indústrias produtoras de criações que utilizam os três principais sistemas simbólicos conhecidos: sons, imagens e letras", são um segmento do aparato produtivo total, englobando diversos complexos: editorial (livros, jornais, revistas); audiovisual (cinema, televisão, jogos multimídia); sonoro (rádio, a empresa discográfica), entre outros. As suas origens e evolução remontam à Segunda Revolução Industrial (1880-1960), mas é só durante a terceira (Informacional) que se consolidou como um pólo dinâmico da acumulação capitalista contemporânea, destacando sua contribuição para o crescimento da produção e emprego, suas dimensões políticas e culturais, em processo acelerado de mercantilização. São suas principais características:

- a) A convergência tecnológica entre ICs e indústrias de redes digitais (telecomunicações e informática microeletrônica) traz consigo implicações econômicas e simbólicas. As primeiras incluem importantes economias de escala, dado que a produção, distribuição e consumo de bens e serviços acontecem em rede e em plataformas digitais, dos operadores em tempo real. (KATZ, 2006). Quanto maior for o grau de compatibilidade e inter-operabilidade entre as redes, maior a sua dimensão, e, portanto, as economias de escala com efeitos na formação dos preços, e as formas de cooperação e de conflitos inter-firmas.
- b) Além disso, as novas ferramentas de comunicação técnicas são novas frentes da acumulação de capital, permitindo articular o "Trabalho Social e Combinado"/"intelecto geral" de Marx em nível mundial, minimizando a rotação do capital (produção e circulação tempo) e que, à medida que se aperfeiçoam os instrumentos de transporte e de comunicação de informações, o capital é mais valorizado. É evidente que as ferramentas técnicas não garantem a interação-comunicação necessária para a geração e tratamento de informações de caráter aleatório (criativo). Os códigos e os prazos necessários para processá-los e executá-los continuam a exercer um papel crucial. Em ambas as dimensões, as políticas no vasto campo das comunicações

(Internacional) são fundamentais, compreendendo não apenas as telecomunicações e a radiodifusão, mas também a informática, indústrias de equipamentos e as zonas de I/D e de ensino que sustentam a possibilidade de crescimento de informação e o conhecimento como forças produtivas.

- c) Os produtos de ICs são "ativos indivisíveis e inesgotáveis"; o seu consumo não destrói o produto nem anula o seu desfrute por outros usuários. O consumo que uma pessoa deles faça não os impede de ser disponíveis para a outra. Eles são caros para produzir e baratos para copiar. Também não são recursos escassos, por natureza e a sua alegada escassez é artificial.
- d) A evolução das ICs tem sido gradual e está associada a grandes alterações na organização produtiva e de trabalho (AZPILLAGA; ZALLO, 1999). Segundo esses autores, o centro de gravidade move a autoria da emissão à edição-distribuição; o novo protagonista é agora o empresário organizador de produtos, em busca de mercado, diferenciando as competências para cada fase produtiva. Os seus processos devem ser analisados em cadeia: etapas de criação, produção, distribuição e comercialização. Em termos de trabalho, deve salientar-se que as etapas acima citadas, desde a produção até a industrialização de conteúdos, incorporam empregados assalariados e trabalhadores autônomos e, em alguns casos, as PME (pequenas e médias empresas), encarregadas de desenvolvimento de produtos específicos.

A extensa bibliografia sobre ICs não inclui estudos sobre a importância de organização do trabalho informacional (seja do músico, do dramaturgo, da cantora lírica, da artista, da cientista) para a produção de conteúdos nas ICs *per se*, em laboratório ou oficina de I/D, indústrias relacionadas a eles, ou seja, na fase de pré-fabricação ou industrialização desse produto ou conteúdo – através da indústria gráfica, música, televisão, farmacêutica, etc – e sua posterior distribuição/exposição/venda ao público.

Esta deficiência chama a atenção, visto que, atualmente, as ICs são direcionadas, principalmente, para a produção dos seus mercados e dos seus

trabalhadores, seja o "artista", seja o "atleta", ou "intelectual", "científico", "políticos midiáticos". (DANTAS, 2003).

No "mercado" da cultura, este autor argumenta:

consome-se o "artista", o seu nome, sua empatia, seu carisma. O trabalho aqui só tem valor enquanto trabalho concreto, trabalho que detenha as qualificações, competências e conhecimentos de quem o realiza, não mensuráveis por qualquer quantidade de trabalho abstrato.

Nesse sentido, podemos argumentar que o estudo do trabalho informacional de maior aleatoriedade mediada por TICs constitui um terreno fértil para observar a evolução do capitalismo contemporâneo informacional que deve ser visto como um nível não só de um ciclo total de acumulação, como trabalho mobilizado pela indústria cultural, mas também de todo um ciclo de trabalho ligado em algum ponto do ciclo total, para o desenvolvimento tecnológico, a investigação científica, o desenvolvimento de mercados, a gestão da produção em várias fases que, juntos, constituem a atividade total da produção (DANTAS, 2000; SCHILLER, 2007).

Podemos concluir que este é um problema central para o desenvolvimento baseado em informação-conhecimento, nas sociedades contemporâneas, todavia apoiadas no intercâmbio mercantil que restringe artificial e fortemente (*'copyrights'* direitos de "propriedade intelectual"), com o crescimento dessas forças produtivas, levando a economias de abundância, uma vez que é indivisível e inesgotável.

5.4 O desenvolvimento Informacional-Comunicacional Ausente na Argentina

A década dos anos 90 assistiu à execução do modelo neoliberal de crescimento econômico e à consolidação de uma NDIIT, através de políticas públicas que incluíram a privatização (parcial ou total) de empresas de propriedade estatal e de recursos sociais básicos, tais como: educação, informação, conhecimento e de saúde; liberalização assimétrica do comércio e a desregulamentação seletiva da economia. No seu conjunto, essas políticas estabeleceram um padrão de crescimento baseado predominantemente na valorização do capital financeiro (BASUALDO, 2000).

A Argentina, então, passa a se tornar um exportador de recursos naturais/primários e 'commodities' industriais. As indústrias, com utilização intensiva de conhecimentos e tecnologias que lideram a expansão global, estão ausentes. Esses avanços culminaram com a crise de 2001 que, embora tenha sido minorada, não foi significativamente transformada. Os progressos realizados durante a Presidência de N. Kirchner (2003-2007), em especial nas áreas da defesa dos Direitos Humanos, de Investimento C/T e educação, e os índices positivos, em termos de crescimento do PIB e das exportações, são significativos.

No entanto, outras dimensões do modelo adotado são preocupantes, especialmente a concentração de setores-chave da economia, em um pequeno número de empresas associadas, em estágio avançado de transnacionalização e as persistentes desigualdades na distribuição da renda, apesar do crescimento do PIB, com geração do emprego (embora com altos índices de trabalho precarizado e informal), e melhorias nos salários reais.

A necessária discussão sobre a sustentabilidade dessas tendências, sua relação com a oferta distributiva e o modelo de país em que se integrariam as futuras políticas do Estado ainda não se materializou.

5.5 Resumos dos resultados da investigação: o Complexo AA Editorial 5: trabalho e organização para a produção de conteúdos de uma revista para crianças (semanal), série "Pibeslândia"

Um dos objetivos do trabalho de pesquisa de campo em 2006-2007, em Buenos Aires, foi o de analisar os padrões e as implicações das pautas organizativas e da produção de conteúdos, no ramo Editorial (ICs). O fio condutor deste texto é a trajetória trabalhista de Laura Echenique (nome fictício) – dramaturga, poeta, autora de peças de teatro infantil, para colocar em foco a sua inserção assalariada, na produção de conteúdos de uma revista dedicada ao mundo infantil (informativo como artístico, criativo), que se vincula diretamente com ICs. Simultaneamente, enquanto trabalhador autônomo cultural (LE), é autora de livros e associada temporariamente como consultora para o Grupo Teatral Independente (ZZ), que representava uma de suas obras então em cartaz.

5.5.1 A produção de conteúdos em dois cenários produtivos (Casa Central e no Ateliê de LE)

O exemplo estudado exemplifica uma das possibilidades de expressão do "Trabalho Social e Combinado" e seus vários níveis de aleatoriedade e redundância que fazem parte da cadeia mundial do valor nas ICs, em convergência com as telecomunicações e tecnologia da informação. O Código do Trabalho "pactuado" entre o Complexo (AA) e a artista entrevistada (e de outros produtores de conteúdo) se manifesta na prática e nos últimos limites (implícitos, porém, reconhecidos) impostos à sua atividade criativa (dimensões pragmáticas e semânticas) que expressam a filosofia e os critérios de rentabilidade do Complexo.

No cenário de produção da Casa Central, desdobra-se uma divisão do trabalho e da coordenação de conteúdos, consolidados de acordo com o mesmo código. O pessoal e os membros da sua equipe realizam um exercício de trabalho social, combinado através da seleção de mensagens (conteúdo) e, se necessário, de correção, em caso de transgressão e posterior coordenação das divisões de trabalho entre eles. O trabalho final se materializa em protótipo/matriz, que se dirige à empresa gráfica para a sua réplica, na fase de industrialização dos mesmos conteúdos. No entanto, como a empresa resolve o problema de atrair saberes e criatividade típicos desses conteúdos?

Mencionamos o problema da exploração e apropriação dos produtos do trabalho concreto irreduzível a trabalho abstrato que os diversos autores chamam bens indivisíveis ou inesgotáveis. No caso estudado, os limites do Código do Trabalho pactuado são observados pela empresa e pelo artista, para além da importância atribuída pela segunda a alguma pergunta ou resposta dos personagens de sua série que possam escapar à empresa, ou que constituam uma "correção" aceitável para a profusão de cinema publicitário para crianças e outros materiais fornecidos pela revista a qual mostra sua "mente aberta" sobre o assunto. O salário acordado é pago mensalmente e fornece os benefícios comuns para o capital-trabalho de acordo com a legislação em vigor.

Embora não seja o 'Trabalho Natural' de Nilsson¹⁰, o artista exerce o nível de conhecimento, a visão geral, a representação da totalidade, o que lhe permite

¹⁰ Que seria típico da produção artesanal tradicional ou clássica.

dominar as complexidades envolvidas na elaboração dos conteúdos. É um trabalho exercido em um ciclo de produção que coincide com a revista semanal. Assim, a empresa assume uma posição que concilia o trabalho de processamento de informação e de geração de aleatoriedade máxima (permitida pelo Estatuto do Pessoal), que o artista gere em termos de tempo.

Simultaneamente, o trabalho de LE valoriza o capital, fornecendo um produto "inseparável do seu corpo e sua mente": tem a sua assinatura, está no "mercado" cultural que consome esta "marca", a qual exprime as suas competências, criatividade, conhecimentos e trajetória; tem o seu valor de uso como uma função de trabalho concreto realizado, embora não quantificável em valor de troca, caso do trabalho abstrato. Ou, em outras palavras, o elemento criador e valorizador é reconhecido, de acordo com o tamanho das informações processadas, se for binária (redundância máxima) ou não mensurável (máximo de aleatoriedade máxima que permite o código em questão) se se refere, em última análise, aos limites da liberdade que a produção mercantilizada deve deixar, pelo menos, a uma parte dos seus trabalhadores culturais.

5.5.2 Dimensões do Código Laboral (visão da artista entrevistada)

A artista, enquanto trabalhadora cultural, se define como agente impulsionadora de profundas mudanças, através do conteúdo das suas criações: "mexer com a vida, mudar as coisas"; "falando do poder e do direito dos fracos de mudar livretos que parecem escritos livretos por Deus. "O seu trabalho, apesar das suas limitações, permite introduzir itens facilitadores para que as crianças possam pensar que o mundo não é apenas regra "uma vez que nós 'temos de problematizar, perguntar, escolher".

Convém ressaltar que profissionalismo, identidade e criatividade da artista não frutificam na relação assalariada. Seu horário cômodo lhe permite adaptações e até mesmo mudar o dia de trabalho com o cartunista e, ao mesmo tempo, fornece uma relação de trabalho estável e com benefícios. Sua filosofia de vida plena, no entanto, desliza sobre outra pista instável e, ocasionalmente, até mesmo precária, mas ela acredita plenamente ser a produção autônoma em que se insere, seja como artista, seja como roteirista ou autora de livros para o teatro.

Aceitando-se que o teatro artístico, pela sua própria natureza, convida a criatividade por via da aleatoriedade, segundo a entrevistada, sua experiência é semelhante à de outros artistas da cena. Essa experiência se aproximam do 'Trabalho Natural', o qual, por definição, rejeita quaisquer projetos para o encapsulamento do trabalho aleatório e sua criatividade inerente, em códigos laborais que forjam economias industriais típicas da fase de industrialização de conteúdos.

Se aceitarmos como Jagger e Virno (entre outros/as) que as necessidades, capacidades, desejos expressos pelo artista – entre os que incluem o impulso para conhecer e criar – são constituintes da natureza humana, é possível explicar a sobrevivência de grupos autônomos, mas não garantir a sua sustentabilidade a longo prazo, necessária para a sua contribuição efetiva para o desenvolvimento.

6 CONCLUSÃO

Levando-se em consideração que o trabalho é um direito humano, há que se observar a necessidade de sua garantia de forma que venha a possibilitar o exercício de todos os direitos humanos por todas as pessoas, evitando-se, assim, as situações de violações flagrantes, existentes no atual contexto das relações laborais.

No atual quadro vivenciado no mundo laboral, o trabalho padece de condições para se transformar em trabalho decente, nos termos preconizados pela OIT: um trabalho produtivo com justa remuneração, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, livre de discriminação e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho.

Os trabalhadores se defrontam com um processo de globalização sem fronteiras, com um capital em mobilidade permanente, mas que cerceia a mobilidade dos trabalhadores e condições justas e seguras. Ao migrarem dentro ou fora de seus países, se defrontam com a sanha exploradora do capital, cuja modernidade para competir se assenta, muitas vezes, na brutal exploração dos trabalhadores, em condições análogas à escravidão, conforme percebemos na descrição das condições de trabalho, no setor sucroalcooleiro no Brasil. Nesse cenário, a luta por uma globalização justa e não excludente, que possibilite a luta contra a desigualdade e a exclusão social, é um desafio em aberto para a humanidade.

No que concerne à segunda vertente deste texto, o estudo de aleatoriedade máxima do trabalho informacional, mediada por TIC, destacou seu papel na criação de conteúdo para o ramo editorial (IC), uma área útil para verificar dimensões essenciais da evolução do capitalismo atual, em nível articulado de um ciclo de acumulação global.

Nesse sentido, a informação, entendida como um processo de trabalho, é construída exclusivamente em interação, que exige cooperação para compartilhar códigos orientadores de práticas e lutas afins. No entanto, processos aleatórios, que exigem redes cooperativas de trabalho vivo e sua subsequente comunicação (TIC), utilizam como matéria-prima interconexões neural-significantes (combinação corpo/mente), consubstanciadas em redes hierarquizantes de um intelecto reunido.

Se, desde o início da Segunda Revolução Industrial (1880), foi constatada a crescente aplicação da ciência para o processo de produção objetivada em um sistema das máquinas, de tal forma que o "conhecimento geral social" se converteu em força produtiva imediata, se impõe a reinterpretação das características que assume o crescimento capitalista contemporâneo. A "cooperação entre os cérebros" passa a ser uma das principais fontes de expropriação, através da privatização do seu produto: o conhecimento enquanto informação comunicada.

A crise dos modelos econômicos de explicação, baseados no paradigma da escassez, ainda não foi ultrapassada por uma teoria coerente e, necessariamente, interdisciplinar que leve a caminhos que conduzam à abundância sem precedentes, nem pelo pensamento sócio-político que se possa utilizar. (VIRNO, 2004).

Entretanto, a construção do NDIIT avança deslocando trabalho redundante para a periferia, mantendo a tendência assinalada por Schiller (1986) de que o capitalismo contemporâneo é organizado, econômica, jurídica, ideológica e politicamente, em torno da privatização da informação.

Mas, tornar viável um cenário alternativo exigiria fazer emergir um novo significado de "potência" à "ação" para ultrapassar os limites das formas de resistência e únicas lutas contra a mercantilização da produção "artística" entre os que produzem e os que consomem a cultura.

Este objetivo só poderá ser atingido, se as forças nacionais expressas ao nível das políticas estatais, coincidindo com as ações de organizações sociais, atuarem em um contexto de transformações simultâneas, em nível mundial. Isto é,

incluindo todos os atores e organismos internacionais e regionais, a OMC e o Mercosul, entre outros, que operam em direção a um objetivo comum de desenvolvimento de informação e comunicação, o qual deverá abranger, ainda que não se limite a isso, as dimensões estruturais.

No entanto, repetindo uma velha questão, indagamos: Será possível construir um macro círculo virtuoso que leve ao desenvolvimento, nos países que não controlam a regulação do espaço-tempo, com a sua própria acumulação, as suas divisões implícitas do trabalho e sua coordenação? Esta é uma capacidade que falta, em geral, e em graus variáveis, nos países da periferia.

Apesar das suas limitações, vale salientar que os trabalhadores jogam papel fundamental nas lutas em defesa dos direitos humanos para o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que contribuem ativamente para a sua construção.

O elemento lúdico, criativo, na organização do trabalho artístico, na chamada "dimensão inerente à construção da natureza humana", em processos genuínos de desenvolvimento, deve continuar depois de sua libertação, não só de preconceitos androcêntricos, mas também de classe, raça, etnia, entre outros, um longo caminho a percorrer, pois cada geração cria e recria cenários em que constituem o seu contexto histórico.

**NOVAS SHAPE DE EXPLORAÇÃO UNTIL TRABALHO E
INFLEXÕES UNTIL TYPE DE DESENVOLVIMENTO:
precarização until trabalho e migration no século XXI**

ABSTRACT

An analysis of the precariousness of labour relations in two perspectives: associated with the migration of workers and taking the notion of information as work. Migration and insecurity are the tonic of labour migrants, with disregard for labor rights. The work informational communication, in turn, allows verify its linkage with the processes of recovery and accumulation of capital.

Key words: Workers. Exploration. Migration.

REFERÊNCIAS

ASSIS, J. Carlos. **Trabalho como direito: fundamentos para uma política de promoção do pleno emprego no Brasil**. Contraponto, Rio de Janeiro, 2002.

ARONSKIND, R. **Más cerca o más lejos del desarrollo?** Transformaciones económicas en los 90s. 2da. Buenos Aires: Libros del Rojas, 2001. Serie Extramuros.

AZPILLAGA, P, Miguel. J.C.; ZALLO, R. 'Las industrias culturales en la economía informacional; evolución de sus formas de trabajo y valorización'. In: MASTRINI, G; BOLANO (Org). **Globalización y Monopolios en la Comunicación en América Latina**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1999.

BASSEGIO, Luiz; UDOVIC, Luciane. **As Migrações no Brasil**. Disponível em <http://www.imdh.org.br>. Acesso: maio de 2006.

BRASIL. Governo Federal. **Plano nacional para a erradicação do trabalho escravo**. OIT: Brasília, 2003.

BASUALDO, E. **Acerca de la naturaleza de la deuda externa y la definición de una estrategia política**. Buenos Aires: FLACSO: UNQ, 2000.

BUSTAMANTE, E. (Ed.) Introducción: Las industrias culturales, entre dos siglos'. In: _____. (Coord.) **Hacia un nuevo sistema mundial de comunicación**; Las industrias culturales en la era digital. Barcelona: Gedisa Ed, 2003.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2004**. Goiânia: CPT Nacional: 2004.

COSTA, Cândida da; NEVES, Ciani Sueli das. **Superexploração do trabalho na lavoura de cana-de-açúcar**. Relatorias Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, Informe 2005. Rio de Janeiro: Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, 2006.

_____. As mudanças no mundo do trabalho e as novas formas de exploração dos trabalhadores; o trabalho no Brasil. In: **Diagnóstico dos direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Ceris: Mauad X, 2006.

DANTAS, M. Prefacio al libro de C. Bolaño. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo**, 2000.

_____. **A lógica do capital-informação**. A fragmentação dos monopólios e a monopolização de fragmentos num mundo de comunicações globais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002a.

_____. 'Información, trabajo, y capital;valorización y apropiación en el ciclo de la comunicación productiva'. **Escribanía**. Colombia: Universidad de Manizales, .n.9, julio-diciembre, 2002b.

_____. Informação e trabalho no capitalismo contemporâneo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 60, São Paulo, 2003.

DIEESE. A Mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação. **Estudo e Pesquisas**, Ano II, n. 14, nov. 2005.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. **Anais da oficina trabalho escravo; uma chaga aberta**. Brasília: OIT, 2003.

GETINO, O. "Las industrias culturales en el Mercosur; apuntes para un proyecto de política de Estado" In: **Industrias Culturales, mercado y políticas públicas en Argentina**. Buenos Aires: Secr. de Cultura, Ediciones Ciccus, 2003.

HERNANDEZ, Ovidio D.A. **Autonomia integradora y transformación social: El Desafío Ético emancipatorio de la complejidad**. La Habana: Publicaciones Acuario, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa sobre trabalho e desemprego no Brasil**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 01 de maio de 2006.

JAGGAR, A. **Feminist Politics and Human Nature**, Rowman and Allenheld. Brighton, 1983.

KATZ, J. Tecnologías de la Información y la Comunicación de Industrias Culturales. Una perspectiva Latinoamericana. **Documento 13**, Santiago de Chile: CEPAL/EUROPEAID Junio, 2006.

LASTRES, H; ALBAGLI, S. (Eds). **Informação e Globalização na Era do Conhecimento**. São Paulo: Ed Campus, 1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho decente nas Américas; uma agenda hemisférica - 2006-2015**. Disponível em: <http://www.oitamericas2006.org.br>. Acesso: março 2007. (Relatório de Juan Somavia; Diretor Geral).

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS. Rio de Janeiro: Fase, 2005.

PASTORAL DO MIGRANTE. **Dossiê: 2001-2003: Rota da mobilidade humana para o interior de paulista**. Disponível em: <http://www.pastoraldomigrante.org.br>. Acesso: jan. 2007.

PNUD. **Relatório de desenvolvimento humano: racismo, pobreza e violência**. São Paulo: Prima Página, 2005.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

ROLDÁN, M. **¿Globalización o Mundialización?** Teoría y Práctica de Procesos Productivos y Asimetrías de Género. Una interpelación desde las realidades de la organización del trabajo en el apogeo y crisis de una industria nacional autoperpartista (1960-1990). Buenos Aires: Universidad Nacional de la Patagonia (SJB), FLACSO: Eudeba, 2000.

_____. "División internacional-informacional del trabajo, y configuraciones tempoespaciales Explorando claves del desarrollo ausente argentino (1990s-2000s)", **Sociología del Trabajo**. núm.53, invierno de 2004-2005. 2005^a

_____. "From 'Information' to 'Knowledge' Societies? Argentina in the Context of Engendered Regional Globalization". In: MITTER Cecilia Ng. (Ed). **Gender and the Digital Economy**; Perspectives from the Developing World. New Delhi: Sage Publications India, Pvt Ltd. 2005b.

_____. Exploring the New International Informational Division of Labour, 'Collisions' between Time-Space Configurations, and Engendered Work Organization. Reflections from Argentina. **Gender, Technology and Development**. 2005c.

_____. Information-Knowledge-based Development, Time-Space Configurations, and Engendered Work Organization. Exploring the New International Division of Labour and some implications for Vocational Education in Argentina (1990s-2000s)". In: DALY, Richard; MIELDE, Liv (Org). **Working knowledge in a globalizing world**; From work to learning, from learning to work. Berna, Peter Lang, 2006.

_____. Desarrollo informacional generizado y organización del trabajo y del aprendizaje artístico teatral en el taller y en la escuela media (EGB3)" en *La Aljaba, segunda época.*, **Revista de Estudios de la Mujer**. Volumen XI, año 2007 2007^a.

_____. Desarrollo 'Informacional-Comunicacional' y Organización del Trabajo y del Aprendizaje Artístico Teatral en el Taller y en la Escuela. Reflexiones en base a experiencias en la Argentina (1990-2000s)". In: HORTA,C.R.Horta (Org.) **Precarização Globalizada, Migrações e Reorganização do Mundo do Trabalho**; (no prelo). Belo Horizonte: Edmazzza Editora, 2007b.

_____. Capitalismo Informacional y Trabajo 'detto' Inmaterial en la Industria Cultural. Reflexiones en base a una instancia en la Rama Editorial en la Argentina 2000s". In: SEL, Susana (Coord) **Medios Masivos y Políticas Públicas en el contexto del Capitalismo Informacional**. Buenos Aires, 2008. Serie en Ciencias Sociales de CLACSO.(no prelo).

USINEIROS lucram com maior exploração do trabalho. Disponível em: www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/news_item.2006-06-26.5895116050. Acesso em: setembro de 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. A morte ronda os canaviais paulistas. **Revista Abra**, São Paulo, 2006.

SCHILLER, Dan. **How to Think about Information**. Champaign, Illinois, University of Illinois Press, 2007.

SCHILLER, Herbert. **Information and the Crisis Economy**, New York, Oxford University Press, 1986.

VIRNO, P. **Cuando el verbo se hace carne**; Lenguaje y naturaleza humana. Buenos Aires: Editorial Cactus y Tinta Limón Ediciones, 2004.